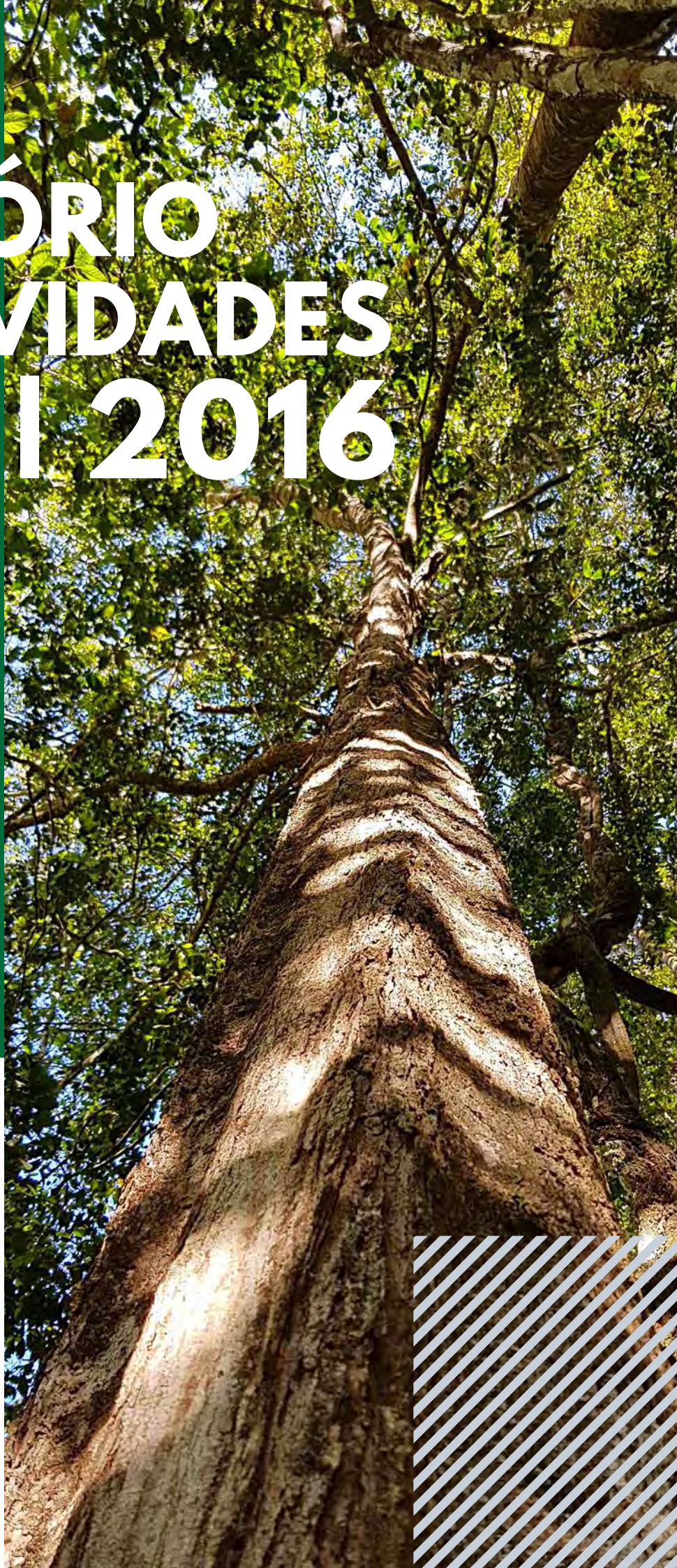


RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2015 | 2016



O CAMINHO QUE TRILHAMOS

Os anos de 2015 e 2016 foram marcantes na história do IPAM. Um novo planejamento estratégico foi conduzido pela diretoria, com apoio da equipe e de consultores externos, para honrar uma longa trajetória de sucesso e preparar o instituto para os próximos anos.

Esse movimento, iniciado pelo então diretor-executivo, Paulo Moutinho, e seu conselho, resultou na minha chegada no início de 2015 e na revisão de visões, estratégias e objetivos. O que se vê neste documento é o resultado desse trabalho, além de ações marcantes de projetos conduzidos nesse período.

Desde seu início, esta sempre foi uma instituição que inspira respeito e admiração entre todos que a conhecem, e comigo não é diferente. Sou grato por participar dessa história, e ciente da responsabilidade de honrar aqueles que por aqui passaram e que aqui estão, e também de inspirar novas pessoas em torno de nossa missão: o melhor para a Amazônia e suas pessoas.

André Guimarães

DIRETOR-EXECUTIVO DO IPAM



Foto: Arquivo pessoal

QUEM SOMOS & AONDE VAMOS

O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) nasceu em maio de 1995, em Belém, no Pará, com uma abordagem pioneira: produzir conhecimento científico engajado a ações no campo e discussão de políticas públicas.

Seguindo essa fórmula por duas décadas, o IPAM deu importantes contribuições nos campos das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável.

Depois de 20 anos, a sociedade conhece mais sobre a Amazônia, mas os desafios persistem e se renovam, e a abordagem do IPAM se mostra ainda necessária nos tempos atuais. Nossa missão reflete a contemporaneidade de nossas ações e o futuro pelo qual trabalhamos.

Nossa missão

**Ciência, educação e inovação
para uma Amazônia
ambientalmente saudável,
economicamente próspera
e socialmente justa.**



Foto: Divulgação/IPAM

NOSSOS VALORES

Nossos valores traduzem nosso trabalho cotidiano e os impactos que continuamente buscamos. Eles foram reforçados durante o planejamento estratégico conduzido entre 2015 e 2016.



Temos os pés nos chão, mas estamos conectados com o mundo

As bases da nossa atuação estão na Amazônia, permitindo a vivência e a troca de experiência com os públicos locais e a compreensão aprofundada de questões latentes do cenário amazônico. Essa experiência está integrada com uma visão estratégica para projetar no tempo e no espaço os resultados que pretendemos replicar em outras regiões da Amazônia e do planeta.



Buscamos a excelência

Somos uma equipe multidisciplinar que preza pela excelência e a profundidade técnica e científica de todos os produtos decorrentes da nossa atuação.



Integramos diferentes pontos de vista

Dialogamos de maneira horizontal e construímos conhecimento com diferentes atores da região amazônica, desde atores locais até tomadores de decisão de grande impacto - nacionais e internacionais.



Somos propositivos

Acreditamos que todo conhecimento produzido e consolidado deve gerar impacto efetivo, resultando em ações práticas para o desenvolvimento socioeconômico e a preservação ambiental da Amazônia.

NOSSOS EIXOS ESTRATÉGICOS

O IPAM privilegia três passos em sua abordagem: o **conhecimento**, com produção, organização e disseminação de conteúdo técnico-científico; a **viabilidade**, com construção, implementação e teste de modelos em campo; e a **escalabilidade**, com promoção de mudanças em processos decisórios com impacto em larga escala.

Considerando esses passos e a missão do instituto, o IPAM organizou suas atividades em três eixos fundamentais, cada qual com objetivos estratégicos definidos. Eles são o resultado de processo abrangente de avaliação, escuta e organização, que começou em 2015 e estendeu-se até o ano seguinte, e refletem tanto a história do instituto quanto o propósito perseguido para os próximos anos. Eles contemplam um olhar sistêmico sobre a Amazônia e grandes desafios que a região enfrenta para se desenvolver de forma sustentável, contemplando propostas de solução sistêmicas e inclusivas para todos que vivem ali.



Produção familiar sustentável

Alimentos saudáveis, qualidade de vida e preservação da floresta

Nossa visão: produção familiar fortalecida e sem desmatamento, com acesso a crédito e aos mercados, gerando mais renda e qualidade de vida para os produtores familiares.

Buscamos gerar impacto com regularidade ambiental, contribuindo para o aumento da renda no campo, a segurança alimentar e o fim do desmatamento; políticas públicas voltadas para a produção familiar estruturadas e em operação; e o reconhecimento de produtores familiares como um segmento chave para o desenvolvimento sustentável da Amazônia e para a redução dos impactos das mudanças climáticas.

NOSSOS EIXOS ESTRATÉGICOS



Territórios naturais protegidos

Conservação e governança em áreas protegidas

Nossa visão: áreas protegidas expandidas, consolidadas e valorizadas, como vetores de desenvolvimento sustentável e gerando benefícios às populações locais.

Buscamos criar impacto com um sistema de áreas protegidas consolidado (com governança, gestão compartilhada, investimentos, qualidade de vida e segurança alimentar e territorial); pela expansão do sistema de áreas protegidas indicando um uso de conservação para as áreas ainda não destinadas na Amazônia e no Cerrado; pela implementação de estratégias de adaptação a mudanças climáticas para as áreas protegidas; e com uma sociedade informada do papel das áreas protegidas para a conservação e geração de serviços ecossistêmicos.



Agropecuária de baixo carbono

Desmatamento zero com mais produção

Nossa visão: é possível atingir o desmatamento zero com valorização dos ativos florestais, concomitante com o aumento da produção agropecuária de larga escala e a redução das emissões de carbono.

Queremos o desmatamento zero, com uma economia de baixo carbono fortalecida, ativos florestais economicamente valorizados e padrões de consumo que contribuem para o desmatamento zero adotados pela sociedade.

PROJETOS & ATIVIDADES

Dentro dos três eixos estratégicos de atuação do IPAM, e considerando a abordagem em três passos, uma série de projetos e atividades foi executada pela equipe do instituto em 2015 e 2016. Eles se espalharam por diversas localidades da Amazônia e de outras partes do mundo, e produziram mudanças em comportamentos, trouxeram mais conhecimento para a sociedade e influenciaram positivamente diferentes atores, de formuladores de políticas a estudantes, de empresários a produtores familiares.



Foto: Divulgação/IPAM

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA

O PAS, que começou em 2012 com recursos do Fundo Amazônia, atuou em três assentamentos de reforma agrária no oeste do Pará e 350 famílias no antigo polo do Proambiente, na Transamazônica, em uma área de aproximadamente 1,4 milhão de hectares, quase três vezes o Distrito Federal.

Atuando nos eixos de regularização ambiental, valorização econômica da floresta, aumento da produtividade nas áreas abertas, agregação de valor às cadeias produtivas e fortalecimento da capacidade de gestão dos assentamentos, um eixo transversal do projeto, que segue o modelo de cogestão adotado nas unidades de conservação de uso sustentável, em que diversas entidades com atuação no local e seus habitantes discutem e tomam as decisões sobre seu futuro, o projeto impactou a vida de 2.700 famílias nos assentamentos em que atuou.

Diversas ações foram desenvolvidas ao longo de 2015 e 2016, como o monitoramento do desmatamento e renda das famílias do PAS, o fornecimento e o desenvolvimento de um modelo de assistência técnica rural (ATER), formulação e consolidação de estratégias de comercialização de produtos da agricultura familiar (como a Feira da Produção Familiar de Pacajá e a Rede de Comercialização Solidária do Tapajós, que atende a consumidores de Itaituba).



Foto: Thiago Foresti/PPM

ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA



- 7 viveiros comunitários construídos com potencial anual aproximado de 80 mil mudas de espécies como açaí, graviola, cupuaçu, castanha-do-pará, cacau e outras frutíferas e essências florestais;
- 3 planos de manejo florestal e mais de 200 assentados capacitados, que envolvem três comunidades do assentamento – Santa Rita de Cássia, Santa Isabel e São Miguel – e somam 1.875 hectares manejados ao todo;
- 2 planos de regularização ambiental (PRAs) elaborados: do PA Cristalino II e do PA Bom Jardim, que servem de documento de referência para as atividades programadas de gestão do assentamento e planejamento.

- Incremento de 156% no valor total da produção comercializada;
- No município de Pacajá, foram realizadas feiras a partir de maio de 2016, com periodicidade quinzenal e participação de 35 famílias, nas quais foram comercializados mais de 60 diferentes produtos;
- 96 lideranças participando da cogestão do projeto;
- 1.633 participações de produtores em intercâmbios sobre atividades produtivas;
- Seminário sobre mercados institucionais no oeste do Pará com a participação de cinco municípios;
- Formação da Rede de Comercialização Solidária do Tapajós, em Itaituba, para comercialização dos produtos do PA Cristalino II



ASSENTAMENTOS SUSTENTÁVEIS NA AMAZÔNIA



- 119 hectares de área reflorestada com sistemas agroflorestais (SAFs);
- 650 lotes com assistência técnica periódica;
- 29 jovens contemplados por formação técnica na região da rodovia Transamazônica em parceria com as Casas Familiares Rurais de Anapu, Pacajá e Senador José Porfírio;
- 1.139 hectares de áreas recuperadas para fins econômicos;
- Pecuária de recria e produção de leite: reforma de pasto degradado, rotação do pastejo, melhoramento genético do rebanho e construção de capineiras;
- Promoção de sistemas silvopastoris, com plantio de espécies florestais e manejo da rebrota; nutrição do rebanho e construção de currais, cochos e bebedouros;
- Cultivo de mandioca, arroz, milho e feijão como estratégia de segurança alimentar e fonte de renda, e de hortas familiares, com produção excedente para comercialização;
- Criação de pequenos e médios animais: galinha caipira, porcos, ovinos, caprinos e abelhas.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL SUSTENTÁVEL

O IPAM dedicou-se a realizar pesquisas, desenvolver atividades de campo e assessorar os movimentos sociais da reforma agrária a formular e exercer o controle social das políticas públicas mais ajustadas à promoção do desenvolvimento sustentável nos assentamentos da Amazônia. Nesse campo, a assistência técnica e extensão rural (ATER) é elemento estratégico: entender a dinâmica do território, planejar a ocupação e o uso da terra do assentamento, e fortalecer a organização social e produtiva das famílias são três eixos fundamentais para o desenvolvimento e a sustentabilidade do assentamento que a ATER precisa potencializar.

Esse foi um dos principais elementos do Projeto Assentamentos Sustentáveis (PAS), com o apoio da plataforma Simpás, desenvolvida pela equipe do IPAM, para sistematizar as informações coletadas nas visitas. Oficinas, cursos, intercâmbios e participações em eventos também ajudaram os participantes do PAS a incorporarem boas práticas, técnicas e tecnologias novas.



- Estima-se que menos de um quarto das 580.460 famílias assentadas na Amazônia foram ou são atendidas por contratos de ATER;
- Em 2016, cerca de 90 mil famílias assentadas eram cobertas por contratos vigentes e em andamento.

DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE MT

O IPAM ajudou a articular, em 2015 e 2016, os primeiros debates sobre o Plano Estadual da Agricultura Familiar de Mato Grosso (PEAF-MT). O plano é uma iniciativa da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar e Assuntos Fundiários do Mato Grosso (SEAF) em parceria com o IPAM, o Instituto Centro de Vida (ICV) e o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Centenas de pessoas foram incluídas em debates sobre as ações prioritárias que irão compor os diferentes eixos do PEAF-MT. Para tanto, o IPAM fez um diagnóstico que localizou os agricultores familiares e os assentamentos em cada município do estado para auxiliar no planejamento. Os dados foram entregues para o governo estadual em uma plataforma exclusiva, também desenvolvida pela equipe do instituto.

O plano tem como objetivo otimizar investimentos e valorizar talentos já desenvolvidos em cada região para criar uma rede de distribuição e comercialização de alimentos.



Foto: SEAF-MT



- 125.8405 potenciais estabelecimentos de agricultura familiar foram identificados em todas as regiões de Mato Grosso;
- 31,8% do total de beneficiários foram atendidos pela ATER estadual;
- 50% do leite do estado vem dos pequenos produtores.

MUNICÍPIOS PELO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O ano de 2016 começou com uma boa notícia no coração da Amazônia: o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu (CIDS) cresceu de quatro para doze integrantes e passou a contar com todos os municípios da região: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Gurupá, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, São Félix do Xingu, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

O CIDS foi o primeiro consórcio público intermunicipal do Pará, criado em 2012 com o apoio do IPAM com o objetivo de promover ações conjuntas pelo desenvolvimento urbano e rural sustentável, com redução do desmatamento e das queimadas acidentais e a melhoria da qualidade de vida da população da região.

O consórcio estimula a busca integrada por soluções e recursos para projetos de desenvolvimento sustentável – o que evita, inclusive, que o problema migre de um município para outro.

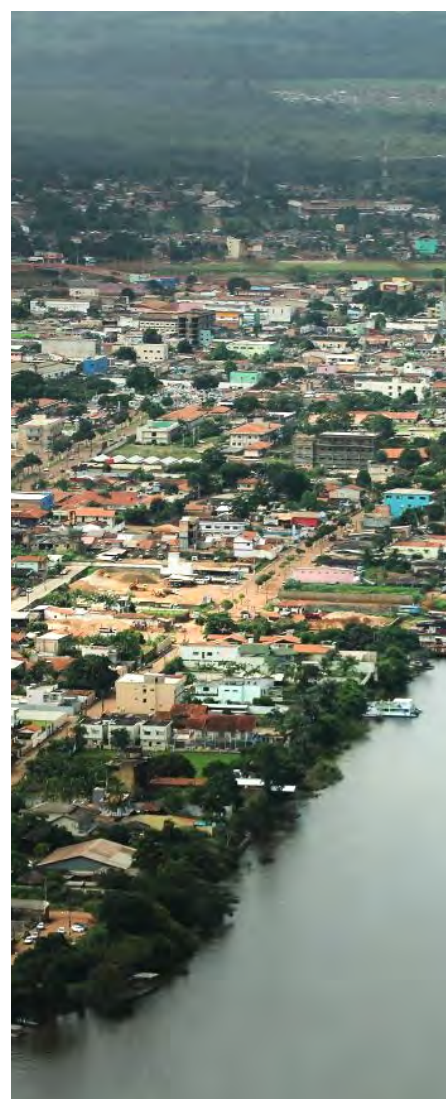


Foto: Cristino Martins/Secom-PA



- Juntos, os 12 municípios respondem por 330 mil quilômetros quadrados de uma região rica em recursos naturais, com desmatamento acumulado até 2014 de 46,7 mil km² – uma área maior do que a do Espírito Santo.

MORATÓRIA DA SOJA NA AMAZÔNIA RENOVADA

A moratória da soja, acordo entre sociedade civil, indústria e governo federal que visa a tirar o desmatamento da cadeia de produção da Amazônia, foi renovada em maio de 2016 por tempo indeterminado, algo inédito após dez anos em operação, com renovações anuais desde 2008.

De acordo com a moratória, empresas compradoras de soja e seus derivados, representadas pela Abiove (Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais) e pela ANEC (Associação Nacional dos Exportadores de Cereais), não podem adquirir de quem produziu em áreas desmatadas após maio de 2008, dentro de terras indígenas ou que estejam na lista de trabalho escravo.

Sob a liderança do IPAM, os membros do Grupo de Trabalho da Soja (GTS) se comprometeram a criar um novo mecanismo com critérios que substituam a moratória, baseada no novo Código Florestal e que seja transparente, com ferramentas de monitoramento e verificação.



Foto: Lucas Ramos/IPAM



- Até 2005, os 76 municípios que mais plantavam soja na Amazônia (98% do cultivado no bioma) desmataram juntos quase 8 mil quilômetros quadrados, segundo a Agrosatélite; hoje, 0,8% do desmatamento nesses municípios é feito para plantio de soja.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL EM AÇÃO

O IPAM, com outras organizações civis do Brasil, fundou em 2013 o Observatório do Código Florestal para estimular a implementação da nova legislação. Em 2015 e 2016, o IPAM atuou neste campo construindo pontes e influenciando decisivamente em políticas públicas.

O “Guia Para a Elaboração dos Programas de Regularização Ambiental dos Estados” é um exemplo. Ele sintetiza os elementos relevantes para a implantação do PRA, e serviu de base para programas de 17 estados e o Distrito Federal.

Além disso, com a Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura, o OCF e o IPAM pressionaram o governo federal para tornar públicos os dados do Cadastro Ambiental Rural, o que ocorreu em novembro de 2016. Além de trazer transparência, a decisão acelerou a validação e o desenvolvimento de sistemas estaduais, melhorou o acompanhamento e a detecção de falhas e permitiu a análise dos dados, contribuindo para a melhor compreensão da ocupação do solo do país.

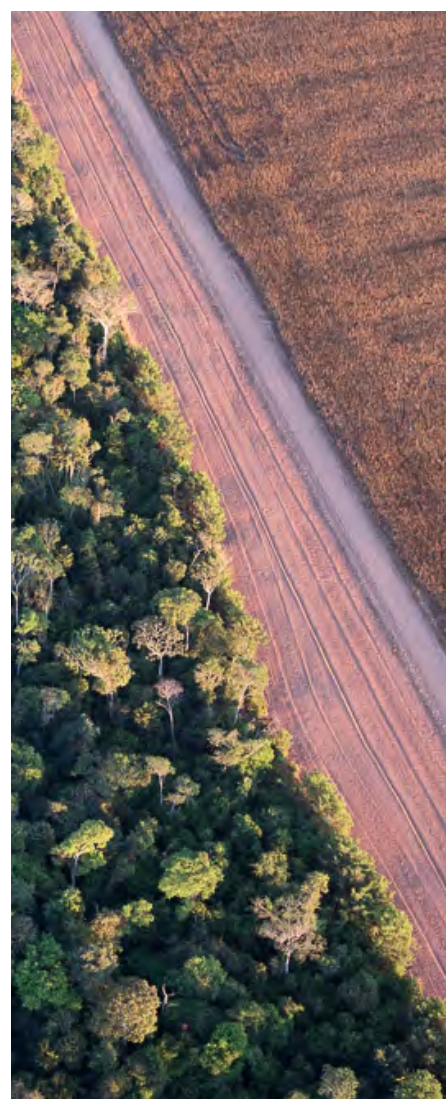


Foto: Chris Linder



- Em dois anos, o OCF realizou 17 seminários, workshops e painéis, com a participação da sociedade civil, governo federal, governos estaduais e municipais, associações, pesquisadores e representantes do mercado, com intensa atuação do IPAM.

COALIZÃO BRASIL CLIMA, FLORESTAS E AGRICULTURA

O IPAM foi uma das organizações fundadoras e atuou ativamente na Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura em 2015 e 2016. Esse é um movimento multisetorial lançado em junho de 2015 e composto por entidades do agronegócio, organizações civis da área de ambiente e clima, representantes da academia, associações setoriais e companhias nas áreas de madeira, cosméticos, siderurgia, papel e celulose, entre outras.

A coalizão tem um plano com 17 metas, entre elas: trabalhar pela implementação do Cadastro Ambiental Rural e dos programas de regularização ambiental em 100% do território nacional; promover uma agricultura de baixo carbono em larga escala; coibir a ilegalidade de produtos provenientes de florestas nativas; entre outros. O IPAM participa dos grupos de trabalho sobre valoração e serviços ecossistêmicos e Código Florestal, além do grupo estratégico. Também integrou debates dentro e fora do Brasil sobre uma economia de baixo carbono com o uso racional do solo do país.



Foto: Paulo Brando/IPAM



- 60% do território nacional ainda é coberto por florestas e vegetação nativa, mas que carecem de efetiva proteção;
- O Brasil abriga 12% das florestas do planeta - é o maior estoque de biomassa (carbono) da Terra.

PROJETO TANGURO: FLORESTA, CLIMA E TRANSFORMAÇÕES

O Projeto Tanguro, coordenado pelo IPAM, existe desde 2004 e conduz hoje o maior experimento de fogo em florestas tropicais do mundo, medindo a degradação florestal e seus efeitos. Em 2015 e 2016, o IPAM liderou a queima controlada em áreas de floresta na Fazenda Tanguro, em Querência (MT), com pesquisadores e estudantes de diversas instituições, como Woods Hole Research Center, Instituto Max Planck, Universidade do Estado de Mato Grosso, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal de Viçosa.

Outros experimentos também acontecem no local, como estudo do solo em terras agrícolas, o papel de pequenas represas no agravamento do efeito estufa e as consequências para as matas ciliares da conversão do uso do solo ao seu redor. Em 2016, o projeto ofereceu pela primeira vez um treinamento para jornalistas. Durante uma semana, os profissionais participaram de práticas científicas em campo e de palestras sobre a Amazônia e suas transformações.



Foto: Divulgação/IPAM



- 4°C a 6°C é a diferença de temperatura entre o Parque Indígena do Xingu e as áreas externas à terra indígena transformadas em pasto ou agricultura, segundo artigo publicado em 2015 na revista “Environmental Research Letters”.

INTERCÂMBIO DE ESTUDANTES NA AMAZÔNIA

Durante três meses de 2016, o IPAM recebeu no escritório de Brasília seis estudantes de pós-graduação da Universidade de Chicago, além de seis estudantes brasileiros da Universidade de Brasília e da Universidade Federal de Goiás, das áreas de biologia, estatística, política públicas e ciências ambientais, para uma imersão nos problemas enfrentados na Amazônia.

Esse foi o primeiro intercâmbio do tipo, resultado de uma parceria entre o IPAM, a Universidade de Chicago, o Woods Hole Research Center e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

Os alunos realizaram entrevistas e analisaram bases de dados, com o apoio dos pesquisadores do instituto, para avaliar implicações políticas das ações em curso na região. A experiência gerou artigos científicos e relatórios sobre impactos das novas políticas na conservação da Amazônia, com recomendações de políticas e estratégias para sua implementação.



Foto: Mariana Botero



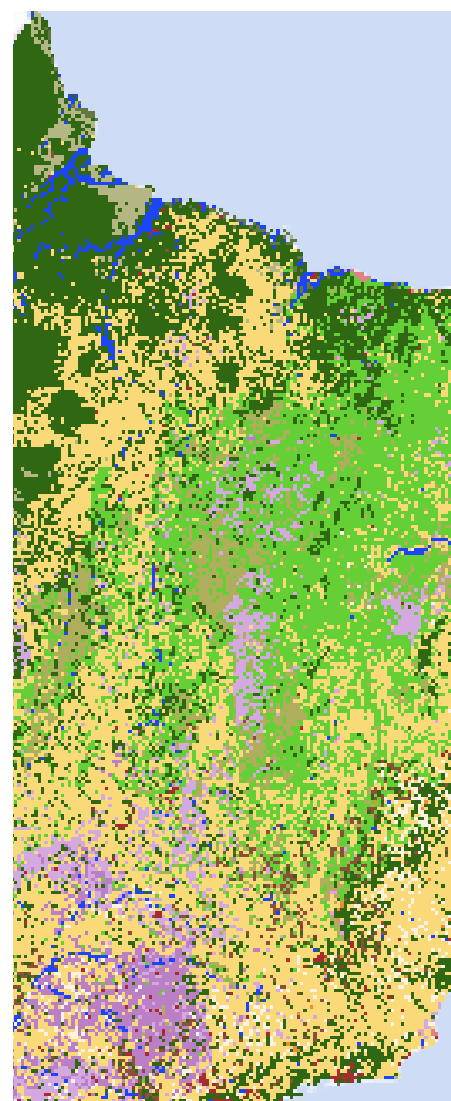
- Ataque a terras indígenas, pavimentação da rodovia BR-319, intensificação da pecuária em Mato Grosso, o programa Terra Legal e efeitos de hidrelétricas na bacia do Tapajós foram temas trabalhados pelos alunos durante o programa.

MAPBIOMAS E AS MUDANÇAS DO USO DO SOLO NO BRASIL

Lançado em 2015, o MapBiomas (mapbiomas.org) é uma plataforma inédita em todo o mundo que reúne dados de satélites para mapear mudanças de uso da terra nos biomas brasileiros. Atualmente na segunda coleção, o MapBiomas produz mapas anuais da cobertura e uso do solo no Brasil, com dados desde 1985 até os dias atuais.

A plataforma utiliza a tecnologia do Google Earth Engine, que permite o processamento das imagens de satélite na nuvem de forma distribuída e rápida. Pela comparação com mapas de períodos anteriores, é possível identificar se houve alteração na cobertura do solo e distinguir a variação desse uso, sabendo, por exemplo, se uma área foi destinada a pastagem ou agricultura, e até diferenciar cobertura florestal original de áreas reflorestadas.

O IPAM é responsável pelas imagens do bioma Cerrado, o segundo maior do país e que sofre intensa conversão para a agricultura - cerca de metade já foi desmatada. Os dados gerados pelo MapBiomas são essenciais para contabilizar as emissões de gases de efeito estufa no país e subsidiar políticas públicas.



- No período de 2001 a 2013, a perda total em savanas e florestas do Cerrado foi de 6.700 quilômetros quadrados por ano, em média. É uma taxa três vezes mais rápida do que na Amazônia, se comparada ao total remanescente do bioma.

FERRAMENTAS DIGITAIS PARA A TRANSFORMAÇÃO

Em 2015 e 2016, a equipe do IPAM desenvolveu algumas plataformas pioneiras que auxiliam na governança socioambiental e oferecem análises valiosas para agentes públicos e a sociedade civil.



CCAL - www.carboncal.org.br

Essa calculadora de carbono on-line ajuda gestores públicos a desenhar estratégias necessárias para os programas de REDD+, reduzindo o desmatamento, a degradação florestal e, por consequência, a emissão de carbono, que leva às mudanças climáticas.



Indicar Estados - www.indicar.org.br

Criado para preencher a lacuna de informações sobre os impactos das políticas prioritárias para prevenção e controle do desmatamento na Amazônia, a iniciativa inclui indicadores de impacto de ações prioritárias dos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento no Acre, Amazonas, Mato Grosso e Pará.



Simpas - www.pas-simpas.org.br

O Simpas operacionaliza o monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra nos assentamentos e propriedades associadas ao Projeto Assentamentos Sustentáveis da Amazônia, bem como verifica o desempenho ambiental e produtivo de cada família beneficiada durante os anos de vigência do projeto. Pode ser utilizado como referência e aplicado a qualquer assentamento do país.



SOMAI - www.somai.org.br

Plataforma com dados científicos sobre as terras indígenas da Amazônia brasileira, mostra a importância desses territórios para ações de mitigação das mudanças climáticas e manutenção do equilíbrio ambiental regional. A ferramenta permite a produção instantânea de mapas e relatórios, além de indicadores sobre ameaças climáticas e humanas e vulnerabilidades.

PROTAGONISMO INDÍGENA NO DEBATE CLIMÁTICO

O Comitê Indígena de Mudanças Climáticas (CIMC) realizou, com o apoio do IPAM e da Funai, cinco reuniões entre 2015 e 2016 para discutir os desdobramentos das Conferências do Clima da ONU, REDD+ e povos indígenas, a Estratégia Nacional de REDD+ e o Plano Nacional de Adaptação. O CIMC foi reconhecido e consolidado como foro de debate sobre o tema.

Em 2016, foi estabelecida a Câmara Técnica de Mudanças Climáticas com a participação dos membros do CIMC, para debater políticas públicas sobre mudanças climáticas que interagem com a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas (PNGATI).

Além disso, com o apoio do instituto, os povos indígenas foram incluídos como segmento da população que merece ações diferenciadas na Política Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas com o apoio do IPAM. A PNGATI também prevê o apoio à participação indígena em fóruns de discussão sobre mudanças climáticas.



- Em 2016, o IPAM foi um dos vencedores do Desafio Impacto Social Google. O aplicativo Alerta Clima Indígena vai ampliar a acessibilidade dos povos indígenas a dados climáticos, para melhor enfrentarem as mudanças e gerirem seus territórios.

CONFERÊNCIAS DO CLIMA DAS NAÇÕES UNIDAS

O IPAM esteve presente na 21ª Conferência do Clima da ONU (COP 21), que aconteceu em Paris no fim de 2015, participando diretamente de discussões e pautando políticas públicas, com um espaço próprio e com um evento paralelo, que discutiu o papel dos estados amazônicos na redução das emissões de gases estufa.

Participaram do evento a ex-senadora Marina Silva, representantes da sociedade civil, do terceiro setor e governos estaduais, incluindo Mato Grosso e Pará, que apresentaram medidas regionais de controle do desmatamento na Amazônia. De acordo com os participantes, os avanços obtidos na última década não podem ser perdidos neste momento de turbulência política e econômica.

Em 2016, na COP 22, em Marrakech, o IPAM também desenvolveu uma série de atividades e coletiva de imprensa, reforçando as necessidades de manutenção das florestas tropicais no enfrentamento às mudanças climáticas.



Foto: Divulgação/IPAM



- Em evento paralelo à COP 21, o governo de Mato Grosso lançou a estratégia PCI (Produzir, Conservar, Incluir), planejada com apoio do IPAM, e comprometeu-se com zerar o desmatamento ilegal no estado até 2020 e recuperar áreas desmatadas.


RESULTADOS FINANCEIROS

Para garantir a transparência de nossas ações, confira nossos demonstrativos financeiros para o biênio 2015-2016 (valores em reais).


Fontes	2015	2016
Receita de projetos	13.987.224	21.967.306
Receita taxa administrativa	2.077.586	1.655.339
Recursos recebidos	14.572.027	22.590.678
Contratos executados	13.987.224	21.967.306
Resultado final	889.152	-321.253



 ipam.org.br

 [ipam_amazonia](https://twitter.com/ipam_amazonia)

 [IPAMamazonia](https://www.facebook.com/IPAMamazonia)

 [ipam_amazonia](https://www.instagram.com/ipam_amazonia)

 [IPAMclima](https://www.youtube.com/IPAMclima)